

Magazin
Allj
Z

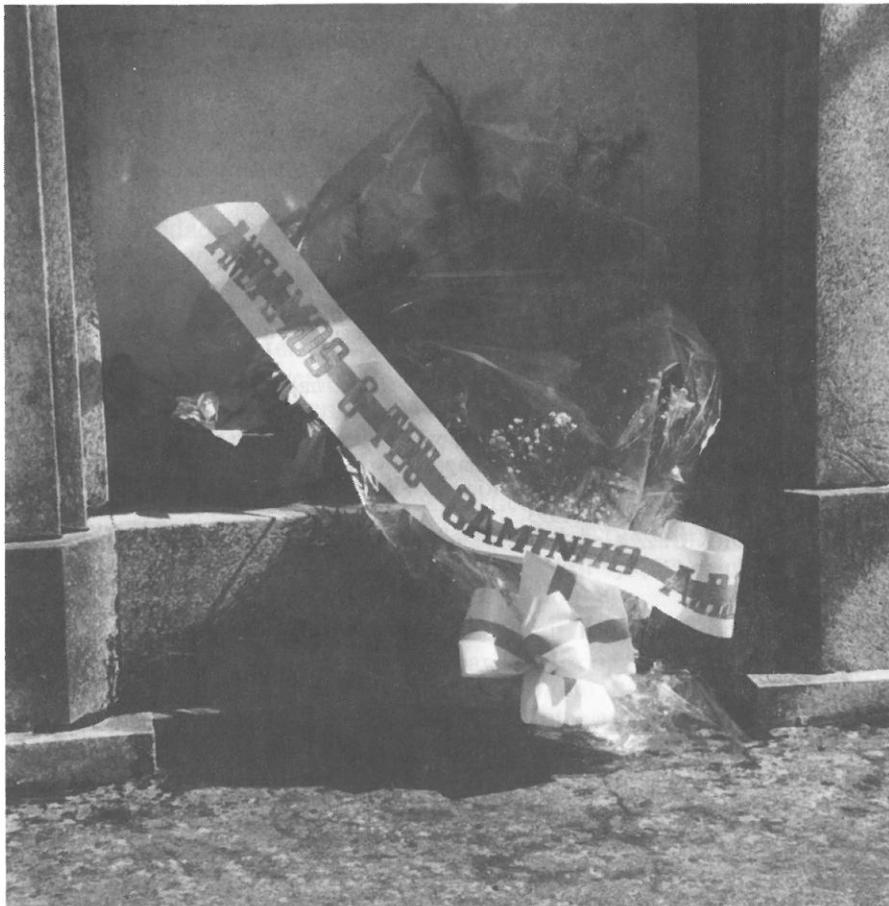
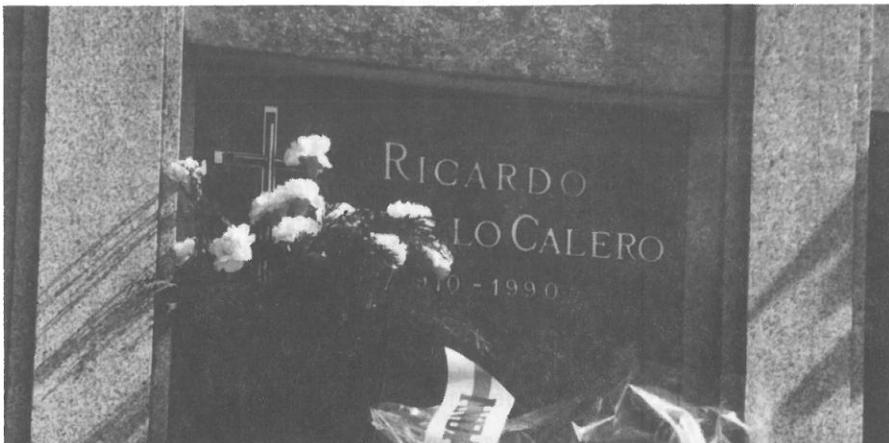
Aga 1

SUMÁRIO

Universität Tübingen
NEUPHIL. FAKULTÄT
BIBLIOTHEK

	<u>PÁGS.</u>
Aos nossos leitores	3
ESTUDOS	
<i>Os processos de elaboração lingüística. A propósito de «Ausbausprachen»,</i> por Oscar Diaz Fouces	5-18
<i>Ricardo Coração de Carvalho,</i> por João Guisán Seixas	19-31
<i>Literatura e conhecimento científico,</i> por Jesús G. Maestro	33-40
<i>Outra voz na procura da emancipação nacional: Ricardo Flores,</i> por Bernardo Penabade Rei	41-55
NOTAS	
<i>A língua literária,</i> por Eugênio Coseriu	57-60
<i>Impressões de Guerra da Cal em Londres,</i> por Carlos Durão	61-66
<i>Inmemoriam Guerra da Cal. Quatro nomes italianos nas letras da Galiza,</i> por Giuseppe Guasco di Celle	67-70
<i>Elaboracionismo lingüístico,</i> por José Manuel Outeiro	71-78
<i>A propósito de Rafael Dieste, franco e misterioso,</i> por Henrique Rabunhal ..	79-83
ANTOLOGIA	
<i>Manual de conduta,</i> por Reynaldo Valinho Álvarez	85-100
DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO	
Sentença n.º 330 da Sala do Contencioso-Administrativo do Tribunal Superior de Justiça de Galiza	101-105
Iniciativa do grupo parlamentar do BNG sobre reprodução dos apelidos gale- gos e a expedição em galego da carta de condução	106-109
Lembrança do Professor Carvalho Calero no quinto aniversário da sua morte.	109-120
RECENSONS	
<i>O Dicionário Galego de Isaac Alonso Estravis,</i> por José Manuel Outeiro	121-123
«Os tempos som chegados», por Santiago Rodríguez Sánchez	124-125

1446/Z



Lembrança do Professor Carvalho Calero, 1995.

A língua literária

Eugênio COSERIU
(Universidade de Tübingen)

1. Na lingüística atual considera-se com freqüência só a língua falada «primária» (espontânea ou «usual») como «natural» e «livre», ao passo que a língua exemplar (ou «língua padrão») e a forma literária desta se consideram como «artificiais» e «impostas». Por conseguinte, considera-se também só a gramática descritiva «objetivista» como realmente científica e a gramática normativa como expressão sem fundamento científico duma atitude antiliberal e dogmática. Trata-se de êrros e confusões teóricas que procedem da concepção positivista vulgar da linguagem e da lingüística. Na realidade e, por tanto, na boa teoria, a língua literária representa no grau mais alto a dimensão deôntica (o «dever ser») da língua; e a gramática normativa é a manifestação metalingüística explícita desta dimensão.

2. Como forma fundamental da cultura (do «espírito objetivado na história»), a linguagem é, com efeito, atividade livre e manifestação da liberdade criadora do homem. Mas a liberdade do homem histórico não é arbítrio nem capricho; e as atividades livres não são atividades sem norma nenhuma. Ao contrário: toda atividade livre implica o seu próprio «dever ser», as suas normas intrínsecas; normas imperativas e «obrigatórias», não por alguma coerção exterior, mas por compromisso livremente consentido (o que é, aliás, o sentido do lat. *obligatio*).

3. No caso da linguagem, por se tratar duma atividade muito complexa, que se desenvolve simultaneamente em três níveis —o nível universal do falar em geral, o nível histórico das línguas e o nível particular dos discursos—, também as normas intrínsecas (intuitivamente seguidas pelos falantes e intuitivamente aplicadas como critérios de juízos sobre o falar pelos ouvintes) são muito complexas; correspondem porém essencialmente aos dois universais determinantes da linguagem: a *criatividade* (o fato de ser a linguagem atividade criadora ou «do espírito») e a *alteridade* (o fato de ser a linguagem manifes-

tação do «ser-com-outros» —da «natureza político-social»— do homem). No nível universal, a norma é a da *congruência* com os princípios universais do pensamento e com o conhecimento geral humano do «mundo». No nível particular, a norma é a do *apropriado* (do aristotélico *πρέπον*), que pode ser diferenciado em: *adequado* (com respeito às «coisas» de que se fala), *conveniente* (com respeito ao destinatário do discurso) e *oportuno* (com respeito às circunstâncias do falar). No nível histórico, temos, na perspectiva do sistema lingüístico, a norma da *correção* (conformidade do falar com o sistema lingüístico que se pretende realizar) e, na perspectiva da comunidade falante, a norma da *solidariedade* idiomática (conformidade com o falar «dos outros», no mesmo âmbito funcional), que é a que determina a constituição e a continuidade das línguas históricas, das modalidades internas de estas e das línguas comuns.

Estas normas podem ser suspensas historicamente ou intencionalmente, nos discursos. Assim, a correção «incongruente» suspende a congruência; e o apropriado pode suspender tanto a congruência como a correção. Mas o facto mesmo de se advertir a suspensão é prova da sua existência e vigência.

4. Todo modo de falar correspondente a uma modalidade dum língua histórica (língua regional, dialecto, nível ou estilo de língua) tem a sua própria correção. Mas cada modalidade tem ao mesmo tempo a sua esfera de alteridade e, por tanto, de vigência. Assim, um dialeto local tem vigência no âmbito local; e o estilo familiar, no âmbito da família; não também fora destes âmbitos. A esfera de alteridade da *língua comum* abrange virtualmente toda a comunidade idiomática. E a *língua exemplar* (ou «língua padrão») é uma segunda língua comum que se estabelece por cima da língua comum (no caso dum língua comum diferenciada regionalmente e/ou socialmente), como forma idealmente unitária da mesma, pelo menos para aquelas tarefas e atividades (culturais, políticas, sociais, educacionais) que são (idealmente) tarefas e atividades de toda a comunidade idiomática. Com isto, a língua exemplar confirma a coesão e a individualidade da comunidade correspondente a uma língua histórica e é a expressão mais eloqüente da unidade étnico-cultural da comunidade idiomática. A *língua literária*, finalmente, é o estilo —ou, melhor, o «registro» (conjunto de estilos)— mais elevado da língua exemplar; nas nossas comunidades é também a oficina onde constantemente se experimenta e se elabora a exemplaridade idiomática e, ao mesmo tempo, a concreção por antonomásia da língua exemplar.

5. A congruência, a correção, a solidariedade e o apropriado são valores culturais (ou sócio-culturais) do falar; mas são valores «de signo zero» ou de simples suficiência, já que, em cada caso, não implicam nada mais do que a conformidade com uma norma: com um «dever ser» suficiente. A exemplaridade idiomática —pelo prestígio que goza e as funções a que está destinada a língua padrão— é um valor sócio-cultural autónomo. Em particular a língua literária, por representar na forma mais evidente e imediata a coesão com a tradição cultural da comunidade e, ao mesmo tempo, o dinamismo interno da língua —a *ἐνέργεια* ou criatividade ínsita em todo sistema lingüístico— além do «dever ser suficiente», é um valor cultural de signo sem-

pre positivo. Daqui a preferência sócio-cultural pela língua exemplar e pela língua literária —preferência não imposta por «autoridades», mas espontânea em todo falante «reflexivo»— e, no plano metalingüístico, a normatividade e a planificação lingüística (a construção deliberada da língua exemplar).

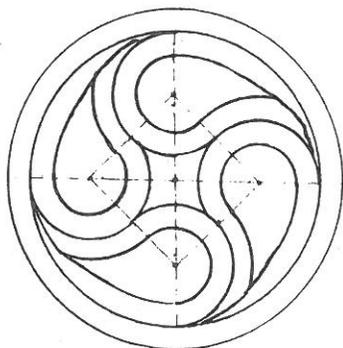
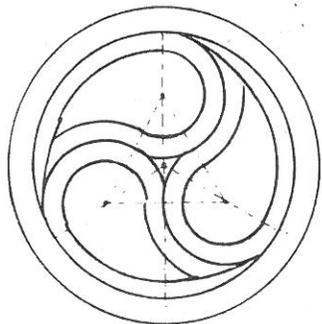
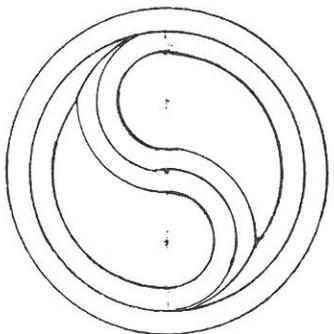
6. A hierarquização ingênua das línguas (e das modalidades internas das línguas históricas) e a normatividade dogmática e vulgar são, sem dúvida, atitudes errôneas e criticáveis. A hierarquização ingênua interpreta errôneamente a falta de elaboração secundária como deficiência intrínseca e considera, portanto, certas línguas como estruturalmente inferiores a outras e as modalidades primárias da língua histórica como corrupções da língua exemplar. E a normatividade vulgar reduz a correção idiomática à exemplaridade (reconhece só a língua exemplar como «correta») e, nas suas formas extremas, pretende que em qualquer circunstância se fale só a língua exemplar. Mas isto não significa que convenha renunciar à hierarquização e à normatividade e optar pelo igualitarismo e pelo pretendido «liberalismo» lingüístico. A hierarquização ingênua e a normatividade dogmática pecam por excesso mas reconhecem, ainda que confusamente, o valor funcional e sócio-cultural da língua exemplar. O que convêm, por tanto, é optar por estabelecer o bom sentido real da hierarquia das línguas e das modalidades idiomáticas e por uma normatividade consciente do seu sentido genuíno e dos seus limites.

7. Muito mais criticáveis são o igualitarismo e o pretendido «liberalismo» lingüístico, que se fundam em sofismas e desconhecem o valor próprio das línguas «de cultura» (isto é: cultura maior) e da língua exemplar. O igualitarismo idiomático pretende que todas as línguas e todas as modalidades idiomáticas são «iguais» por ‘apresentarem todas estruturas lingüísticas completas e suficientes e cumprirem todas com a sua função de comunicação no seu âmbito’; facto, sem dúvida, certo, mas do qual não se deduz que sejam «iguais» para qualquer função e com respeito a qualquer âmbito. As línguas e as modalidades idiomáticas dum língua histórica são «iguais» (melhor: «homólogas») primariamente: como sistemas lingüísticos, isto é, simplesmente como língua e por serem línguas, mas não o são no que diz da elaboração cultural: são equivalentes pelo seu «Bau», mas não pelo «Ausbau» (Humboldt). E o liberalismo lingüístico afirma com razão que todo modo de falar tem a sua própria correção e que a língua exemplar não é mais «correta» do que outras modalidades da língua histórica. Mas disto não se deduz que a exemplaridade careça de todo valor ou que simplesmente não exista como «facto natural», que seja só um «invento» de gramáticos e puristas, nem que o que é «correto» numa modalidade da língua o seja também em qualquer outra, isto é, que seja lícito empregar em qualquer âmbito as formas «corretas» num âmbito determinado: que cada qual seja ‘livre de falar como quiser’ em qualquer circunstância e em qualquer âmbito, também no âmbito e ao nível próprios da língua exemplar.

O «liberalismo» lingüístico é, no fundo, um falso liberalismo; não promove a liberdade, mas sim o arbítrio. E não é, como alguns pensam (ou dizem sem pensar) uma atitude «progressista», «tolerante» e «democrática», mas sim uma atitude reacionária e profundamente antidemocrática, já que

ignora a dimensão deontica da linguagem (ignora e despreza a aspiração a falar «melhor» e «como os melhores», aspiração genuína de todo falante consciente do seu ser histórico) e aceita tacitamente a exclusão dos falantes de modalidades não exemplares da cultura maior da nação.

Em suma, parafraseando uma sentença de Ortega: muito pior do que as normas rigorosas é a ausência de normas, que é barbárie.



Impressões de Guerra da Cal em Londres

Carlos DURÃO
(Londres)

Ernesto Guerra da Cal foi residente em Londres durante vários anos, no final da década de 80 e começos da de 90. Eu ia visitá-lo à sua casa de Gordon Mansions quase todas as semanas, e lá conversávamos longamente, na sua biblioteca, rodeados dos seus escolheitos livros, dos móveis (alguns feitos por ele!), retratos, objetos diversos de arte ou de recorde pessoal, talvez saboreando um grollo de vinho...

Os nossos temas de conversa eram variadíssimos, como correspondia à vasta cultura deste *uomo universale*, e surgiam mais ou menos ao chou, suscitados talvez pelos acontecimentos do mundo lusófono, ou do mundo em geral. Um dia podia ser um tema principal de literatura, outro dia uma questão ortográfica (quantas vezes!), ou de filosofia, de sexualidade, religião, política, sei eu lá!, sem esquecer o diabo das gralhas, sempre presentes e desesperantes, como lembrança da entropia, rainha da realidade (às vezes «culpa» dalgum editor ou tipógrafo da sua obra), além do trasno Martinho, que «morava» no seu lar e que sempre lhe andava a remexer maliciosamente nas cousas.

O mais frequente era uma certa mistura ou salto dum tema a outro, mas não caprichosamente senão como em ramificação de árvore frondosa, até às folhas mais afastadas ou as raízes mais profundas (mais duma vez especulamos se o paraíso não consistiria numa agradável conversa *ad libitum*, sem pressas nem interrupções).

No nosso caso, ai!, aqueles «bate-papos» (frase sua) tinham inexorável fim, marcado pelo relógio, pois eu devia voltar ao meu trabalho, donde me ausentara na hora, longa, do almoço (por sorte a sua casa ficava relativamente perto do meu escritório). Então marcávamos hora para outro dia, ou outra semana, e, se por alguma razão eu não podia acudir à cita, tinha que avisá-lo cedo e explicar-lhe a causa, ou já logo tinha o Ernesto ao telefone, a perguntar preocupado...

Em certa altura foi hospitalizado, com suspeita de cancro, e ainda naquela situação mantinha o seu humor de sempre sobre a vida e a morte, sem